

## **Demonstrações Financeiras 2022/2**

### **Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC**

**Assunto:** Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 22/03/2023, no site oficial do Sicredi ([www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br)).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Paulo Omar Ferronato Da Rosa  
Diretor Executivo  
CPF: 398.130.880-87

Douglas Zanandrea  
Diretor de Operações  
CPF: 952.401.100-00

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20



# Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito, Poupança e  
Investimento da Região Altos da Serra -  
Sicredi Altos da Serra RS/SC**

**Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da  
**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC**  
Tapejara - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC (“Cooperativa”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de março de 2023.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-015199/F



Renata Zanotta Calçada  
Contadora CRC-RS062793/O-8

## Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

### *Cenário Econômico*

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionária. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

### *Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera*

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto. Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

Em 2022 ampliamos a nossa presença no estado de Santa Catarina inaugurando agências nos municípios de São Joaquim e Campo Belo, além de iniciarmos atuação no município de Correio Pinto. Promovemos a campanha de investimentos Futuro Premiado que objetivou conscientizar o associado da importância da reserva de emergência, além de apoiar os associados no momento da decisão de como investir olhando seus projetos de futuro. Por meio das linhas de crédito de energia renovável, apoiamos o associado a promover mais sustentabilidade em seus negócios. Com novos canais, ampliamos a nossa disponibilidade aos novos e atuais associados, entregando a eles uma melhor experiência.

### *Valorizamos as pessoas e a diversidade*

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

Realizamos iniciativas voltadas à educação financeira, impactando associadas e não associadas dos mais diversos públicos: crianças, jovens, mulheres, colaboradores de empresas, entidades e professores. Com o Programa Crescer, nosso programa de educação cooperativa, levamos o cooperativismo a um público expressivo, organizado em turmas de capacitação. Com o Fundo social incentivamos a realização de projetos trazidos pelas comunidades e que visam o desenvolvimento das pessoas. Nas assembleias virtuais proporcionamos a todos os associados a oportunidade de participar mais ativamente da sua cooperativa. Realizamos ciclo de palestras para qualificação e formação dos coordenadores de núcleo da cooperativa.

## Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4º melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo. Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC**  
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

ATIVO	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>	<b>2.785.861</b>	<b>2.054.817</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2.458.790</b>	<b>1.793.191</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	9.865	8.894	DEPÓSITOS (Nota 11)	1.380.969	1.034.286
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	2.752.590	2.022.299	Depósitos à vista	346.854	298.489
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	142.006	10.536	Depósitos interfinanceiros	160.332	73.505
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	673.332	192.278	Depósitos a prazo	873.783	662.292
Centralização financeira (Nota 04)	77.650	212.716	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	953.623	673.193
Relações interfinanceiras ativas	577	368	Relações interfinanceiras (Nota 12)	907.387	665.975
Operações de crédito (Nota 07)	1.761.368	1.544.038	Obrigações por repasses (Nota 13)	308	870
Outros ativos financeiros (Nota 08)	97.657	62.363	Outros passivos financeiros (Nota 14)	45.928	6.348
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(73.635)	(45.439)	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 15)	1.172	1.324
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	16.736	8.997	OUTROS PASSIVOS (Nota 16)	123.026	84.388
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	73.044	53.344			
INTANGÍVEL (Nota 10)	7.261	6.722	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)</b>	<b>327.071</b>	<b>261.626</b>
			CAPITAL SOCIAL	68.155	43.380
			RESERVAS DE SOBRAS	240.570	202.699
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18.346	15.547
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.785.861</b>	<b>2.054.817</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.785.861</b>	<b>2.054.817</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC**  
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

Descrição das contas	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>185.054</b>	<b>326.434</b>	<b>165.170</b>
Operações de crédito (Nota 07)	136.525	249.860	145.510
Resultado de títulos e valores mobiliários	30.520	44.983	10.547
Resultado das aplicações compulsórias	22	99	17
Ingressos de depósitos intercooperativos	17.987	31.492	9.096
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(111.088)</b>	<b>(192.984)</b>	<b>(65.059)</b>
Operações de captação no mercado (Nota 21)	(63.157)	(106.916)	(26.902)
Operações de empréstimos e repasses	(28.123)	(45.594)	(21.072)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(19.808)	(40.474)	(17.085)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>73.966</b>	<b>133.450</b>	<b>100.111</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(31.868)</b>	<b>(59.203)</b>	<b>(40.842)</b>
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	26.392	48.765	39.263
Rendas de tarifas bancárias	4.462	8.710	8.647
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 23)	(25.901)	(47.486)	(40.593)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	(27.298)	(50.149)	(34.205)
Dispêndios e despesas tributárias	(158)	(265)	(343)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	11.172	15.805	8.888
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	(20.537)	(34.583)	(22.499)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>42.098</b>	<b>74.247</b>	<b>59.269</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>42.098</b>	<b>74.247</b>	<b>59.269</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> (Nota 19)	<b>56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para Imposto de Renda	31	-	-
Provisão para Contribuição Social	25	-	-
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>	<b>(4.235)</b>	<b>(8.012)</b>	<b>(6.123)</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>37.919</b>	<b>66.235</b>	<b>53.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC

CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2021</b>	<b>43.931</b>	<b>166.657</b>	<b>3.135</b>	<b>8.126</b>	<b>221.849</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(8.029)	(8.029)
Outras destinações	-	-	-	(97)	(97)
Capital de associados					
Aumento de capital	604	-	-	-	604
Baixas de capital	(2.809)	-	-	-	(2.809)
Reversões de reservas	-	-	(1.370)	1.370	-
Resultado do exercício	-	-	-	53.146	53.146
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.508)	(2.508)
Juros sobre o capital próprio	1.654	-	-	(1.683)	(29)
Reserva de Expansão	-	-	1.505	(1.505)	-
Reserva legal - Estatutária	-	30.091	-	(30.091)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.681	-	(2.681)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(501)	(501)
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2021</b>	<b>43.380</b>	<b>199.429</b>	<b>3.270</b>	<b>15.547</b>	<b>261.626</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>(551)</b>	<b>32.772</b>	<b>135</b>	<b>7.421</b>	<b>39.777</b>
<b>Saldos no início do exercício em 01/01/2022</b>	<b>43.380</b>	<b>199.429</b>	<b>3.270</b>	<b>15.547</b>	<b>261.626</b>
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	15.446	-	-	(15.446)	-
Outras destinações	-	-	-	(101)	(101)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.516	-	-	-	5.516
Baixas de capital	(2.388)	-	-	-	(2.388)
Reversões de reservas	-	-	(3.270)	3.270	-
Resultado do exercício	-	-	-	66.235	66.235
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.978)	(2.978)
Juros sobre o capital próprio	6.201	-	-	(6.325)	(124)
Reserva de Expansão	-	-	1.787	(1.787)	-
Reserva legal - Estatutária	-	35.738	-	(35.738)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.064	-	(2.064)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	1.552	-	(1.552)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(715)	(715)
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2022</b>	<b>68.155</b>	<b>238.783</b>	<b>1.787</b>	<b>18.346</b>	<b>327.071</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>24.775</b>	<b>39.354</b>	<b>(1.483)</b>	<b>2.799</b>	<b>65.445</b>
<b>Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)</b>	<b>58.183</b>	<b>199.430</b>	<b>1.258</b>	<b>30.327</b>	<b>289.198</b>
Capital de associados					
Aumento de capital	4.952	-	-	-	4.952
Baixas de capital	(1.181)	-	-	-	(1.181)
Reversões de reservas	-	-	(1.258)	1.258	-
Resultado do semestre	-	-	-	37.919	37.919
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.978)	(2.978)
Juros sobre o capital próprio	6.201	-	-	(6.325)	(124)
Reserva legal - Estatutária	-	35.738	1.787	(37.525)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	2.063	-	(2.063)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	1.552	-	(1.552)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(715)	(715)
<b>Saldos no fim do exercício em 31/12/2022</b>	<b>68.155</b>	<b>238.783</b>	<b>1.787</b>	<b>18.346</b>	<b>327.071</b>
<b>Mutações do Semestre</b>	<b>9.972</b>	<b>39.353</b>	<b>529</b>	<b>(11.981)</b>	<b>37.873</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC**  
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO</b>	<b>57.845</b>	<b>109.778</b>	<b>72.667</b>
Resultado do semestre/exercício	37.919	66.235	53.146
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>19.926</b>	<b>43.543</b>	<b>19.521</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	19.808	40.474	17.085
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	(441)	(424)	113
Depreciação e amortização	3.502	6.499	5.182
Baixas do ativo permanente	117	124	91
(Reversão) para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(82)	(152)	(442)
Destinações ao FATES	(2.978)	(2.978)	(2.508)
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(14.744)</b>	<b>96.539</b>	<b>(64.492)</b>
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(115.616)	(131.470)	18.418
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(89.541)	(165.316)	751
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	13.869	(209)	20
(Aumento) em operações de crédito	(325.184)	(229.608)	(514.380)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	323.786	241.412	253.792
(Aumento) em outros ativos financeiros	(18.561)	(35.294)	(23.768)
(Aumento) em outros ativos	(7.230)	(7.315)	(2.681)
Aumento em depósitos	170.161	346.683	172.414
Aumento em passivos financeiros	3.507	39.580	949
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(284)	(562)	(506)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(975)	(1.202)	(719)
Aumento em outros passivos	31.324	39.840	31.218
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>43.101</b>	<b>206.317</b>	<b>8.175</b>
Aquisição de imobilizado de uso	(6.853)	(24.060)	(30.355)
Aplicações no intangível	(1.500)	(2.802)	(3.201)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>(8.353)</b>	<b>(26.862)</b>	<b>(33.556)</b>
Integralização de capital	4.952	5.516	604
Baixa de capital	(1.181)	(2.388)	(2.809)
Fundos estatutários	(715)	(715)	(501)
Juros ao capital próprio	(124)	(124)	(29)
Distribuição de Sobras	-	(101)	(8.126)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)</b>	<b>2.932</b>	<b>2.188</b>	<b>(10.861)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>37.680</b>	<b>181.643</b>	<b>(36.242)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	508.866	364.903	401.145
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	546.546	546.546	364.903

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC**  
**CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80**

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>	37.919	66.235	53.146
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente atribuível</b>	37.919	66.235	53.146

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 07/12/1988 e sede situada na Rua Olívio Zanini, 553, na cidade de Tapejara - Rio Grande do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 35 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 03 de março de 2023.

**NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

**a) Apuração do resultado**

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 1.125 (2021 - R\$ 1.389) referente a Atos Não Cooperativos.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

**d) Títulos e valores mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

**e) Relações interfinanceiras – centralização financeira**

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

#### **f) Operações de crédito**

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### **g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

#### **h) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

#### **i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

#### **j) Investimentos**

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

#### **k) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

#### **l) Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

#### **m) Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses**

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

#### **o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **p) Impostos e contribuições**

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

**q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

**r) Principais julgamentos e estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

**s) Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são expresas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

**t) Resultados recorrentes e não recorrentes**

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

**NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	9.865	8.894
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	459.031	143.293
Centralização financeira	77.650	212.716
<b>Total</b>	<b>546.546</b>	<b>364.903</b>

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

**NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

Descrição	31/12/2022				31/12/2021	
	A vencer					Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total		
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.432	23.916	26.348	10.536	
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	115.658	115.658	-	
<b>Total</b>	-	<b>2.432</b>	<b>139.574</b>	<b>142.006</b>	<b>10.536</b>	
<b>Total circulante</b>				<b>2.432</b>	<b>2.910</b>	
<b>Total não circulante</b>				<b>139.574</b>	<b>7.626</b>	

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração entre 100% e 105% do CDI.

As aplicações de CDI são realizadas pelas cooperativas no Banco para garantir às operações de equalização com recursos próprios delas. A taxa é de 100% da Selic.

**NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	6.584	71.808	76.347	154.739	-
Cotas de fundos de renda fixa - FIRF	-	-	-	-	12.745
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	137.813	-	-	137.813	-
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	321.218	-	-	321.218	143.293
Participações de Cooperativas	-	-	59.562	59.562	36.240
<b>Total</b>	<b>465.615</b>	<b>71.808</b>	<b>135.909</b>	<b>673.332</b>	<b>192.278</b>
<b>Total circulante</b>				<b>537.423</b>	156.038
<b>Total não circulante</b>				<b>135.909</b>	36.240

A partir de julho de 2022 o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, baseado nas taxas negociadas no mercado futuro de DI de um dia da B3 e nos *spreads* de crédito obtidos através do prêmio de risco estabelecido para a contraparte da operação. As operações de CPRs são realizadas com os associados desde que garantidas pela cooperativa via instrumento de carta fiança, considera-se a garantia solidária e a natureza do sistema cooperativo Sicredi para definir um único spread para todas as contrapartes.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

**a) Participações de cooperativas**

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Participações S.A.	20.589	20.589
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	38.972	15.650
<b>Total</b>	<b>59.562</b>	<b>36.240</b>

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados, em dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	6.679.819 ON	6.679.819 ON	1	1	38.971.037	15.649.572
	13.909.729 PN	13.909.729 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,64%	0,98%	0,62%	0,62%	3,92%	2,70%
Capital social	3.208.211	2.108.211	161	161	994.700	580.337
Patrimônio líquido	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071	1.005.243	591.058
Resultado líquido do exercício	115.902	(15.246)	1.195	33.761	-	-
Valor das participações das cooperativas	20.589	20.589	1	1	38.972	15.650

**NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**
**a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos**

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022				Total da carteira	31/12/2021
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	17.573	94.565	190.214	327.021	629.373	618.966
Financiamentos	1.484	32.575	82.036	166.211	282.306	215.404
Financiamentos rurais e agroindustriais	841	136.595	518.358	193.895	849.689	709.668
<b>Total das operações de crédito</b>	<b>19.898</b>	<b>263.735</b>	<b>790.608</b>	<b>687.127</b>	<b>1.761.368</b>	<b>1.544.038</b>
Avais e fianças honrados (Nota 08)	60	-	-	-	60	116
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	17	302	592	911	374
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	64.330	23.471	137	87.938	55.004
<b>Total de outros créditos</b>	<b>60</b>	<b>64.347</b>	<b>23.773</b>	<b>729</b>	<b>88.909</b>	<b>55.494</b>
<b>Carteira total</b>	<b>19.958</b>	<b>328.082</b>	<b>814.381</b>	<b>687.856</b>	<b>1.850.277</b>	<b>1.599.532</b>

<b>Total circulante</b>					<b>1.162.421</b>	923.352
<b>Total não circulante</b>					<b>687.856</b>	676.180

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022 passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.



**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	21.062	27.413	-	-
A	0,50	534.247	521.484	2.670	2.605
B	1,00	984.099	832.026	9.841	8.320
C	3,00	192.368	140.425	5.770	4.210
D	10,00	41.574	38.587	4.157	3.853
E	30,00	24.059	12.957	7.213	3.882
F	50,00	10.940	5.684	5.470	2.842
G	70,00	11.381	4.097	7.967	2.868
H	100,00	30.547	16.859	30.547	16.859
<b>Total</b>		<b>1.850.277</b>	<b>1.599.532</b>	<b>73.635</b>	<b>45.439</b>

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 275.205 (dezembro de 2021 - R\$ 216.275) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 28). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 4.039 (dezembro de 2021 - R\$ 3.648) conforme Nota 14.

**c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento**

Setor	31/12/2022					Total da Carteira	31/12/2021
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira		
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses			
Pessoas físicas	15.129	121.181	164.064	245.755	546.129	417.187	
Rural	841	136.595	518.358	193.895	849.689	709.668	
Industrial	303	7.029	8.461	15.590	31.383	53.225	
Comércio	1.196	31.665	59.660	109.883	202.404	217.758	
Pessoas jurídicas	2.489	31.612	63.838	122.733	220.672	201.694	
<b>Total</b>	<b>19.958</b>	<b>328.082</b>	<b>814.381</b>	<b>687.856</b>	<b>1.850.277</b>	<b>1.599.532</b>	

<b>Total circulante</b>	<b>1.162.421</b>	<b>923.352</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>687.856</b>	<b>676.180</b>

**d) Concentração das operações de crédito**

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	92.757	5,01	108.901	6,81
50 devedores seguintes	162.684	8,79	174.091	10,88
100 devedores seguintes	168.428	9,10	173.220	10,83
Demais	1.426.408	77,10	1.143.320	71,48
<b>Total</b>	<b>1.850.277</b>	<b>100,00</b>	<b>1.599.532</b>	<b>100,00</b>

**e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	62.053	45.439	35.953
Constituição de provisão	44.009	80.955	40.148
Reversão de provisão	(24.201)	(40.481)	(23.063)
Movimentação de baixados para prejuízo	(8.227)	(12.278)	(7.599)
<b>Saldo final</b>	<b>73.634</b>	<b>73.635</b>	<b>45.439</b>

**f) Resultado com operações de crédito:**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	80.018	148.591	85.058
Financiamentos	25.072	43.953	24.266
Financiamentos rurais e agroindustriais	29.499	53.678	32.099
Outros	70	102	79
<b>Subtotal</b>	<b>134.659</b>	<b>246.324</b>	<b>141.502</b>
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.866	3.536	4.008
<b>Total</b>	<b>136.525</b>	<b>249.860</b>	<b>145.510</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 31.353 (2021 - R\$ 10.936).

**NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	87.938	55.004
Rendas a receber	3.478	2.135
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	911	374
Avais e fianças honrados (Nota 07)	60	116
Transações com cartão de crédito	4.321	3.931
Devedores por depósitos em garantia (Nota 15)	949	803
<b>Total</b>	<b>97.657</b>	<b>62.363</b>

<b>Total circulante</b>	<b>95.977</b>	<b>61.306</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>1.680</b>	<b>1.057</b>

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

**NOTA 09 – OUTROS ATIVOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	7.576	798
Adiantamentos e antecipações salariais	159	134
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.268	1.019
Adiantamentos para Confederação Sicredi	850	752
Convênios	59	47
Cotas de consórcio	286	235
DI a repassar - Central	112	360
Impostos e contribuições a compensar	528	501
Pendências a regularizar	3.047	2.010
Valores em análise pela SFG	19	41
Outros	164	85
<b>Total circulante</b>	<b>14.068</b>	<b>5.982</b>
Outros valores e bens	2.668	3.015
<b>Total não circulante</b>	<b>2.668</b>	<b>3.015</b>
<b>Total</b>	<b>16.736</b>	<b>8.997</b>

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**a) Outros valores e bens**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	8.935	4.455
Imóveis	8.561	4.203
Veículos e afins	374	252
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(313)	(737)
Despesas antecipadas	1.622	95
<b>Total</b>	<b>10.244</b>	<b>3.813</b>

**b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:**

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(737)	(624)
Constituição de provisão	(21)	(171)
Reversão de provisão	445	58
Saldo final	(313)	(737)

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	92.789	(19.745)	73.044	53.344
Imobilizações em curso	-	46.884	-	46.884	33.599
Terrenos	-	1.550	-	1.550	1.550
Edificações	4%	3.495	(1.400)	2.095	2.227
Instalações	10%	3.762	(1.213)	2.549	1.574
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	15.835	(6.561)	9.274	5.501
Móveis e equipamentos	10%	7.624	(3.143)	4.481	3.584
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	3.303	(1.182)	2.121	1.599
Equipamentos de processamento de dados	20%	9.357	(5.645)	3.712	3.356
Veículos	20%	979	(601)	378	354
Intangível		21.233	(13.972)	7.261	6.722
Investimentos Confederação	20%	18.070	(13.385)	4.685	4.907
Outros ativos intangíveis	20%	3.163	(587)	2.576	1.815

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	346.854	-	-	346.854	298.489
Depósitos interfinanceiros	19.117	100.819	40.396	160.332	73.505
Depósitos a prazo	10.903	30.464	832.416	873.783	662.292
<b>Total</b>	<b>376.874</b>	<b>131.283</b>	<b>872.812</b>	<b>1.380.969</b>	<b>1.034.286</b>
<b>Total circulante</b>				<b>508.157</b>	<b>402.057</b>
<b>Total não circulante</b>				<b>872.812</b>	<b>632.229</b>

**NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasses interfinanceiros	907.386	665.972
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	3
<b>Total</b>	<b>907.387</b>	<b>665.975</b>

**a) Repasses Interfinanceiros**

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	121.174	542.790	188.413	852.377	614.487
<b>Total - Recursos do Crédito Rural</b>	<b>121.174</b>	<b>542.790</b>	<b>188.413</b>	<b>852.377</b>	<b>614.487</b>
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	11.134	6.830	37.045	55.009	51.485
<b>Total - Outros Recursos</b>	<b>11.134</b>	<b>6.830</b>	<b>37.045</b>	<b>55.009</b>	<b>51.485</b>
<b>Total</b>	<b>132.308</b>	<b>549.620</b>	<b>225.458</b>	<b>907.386</b>	<b>665.972</b>

<b>Total circulante</b>	<b>681.928</b>	<b>479.444</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>225.458</b>	<b>186.528</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,25% a.a. com vencimentos até 15/02/2034, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES**

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2022				31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	144	164	-	308	870
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>164</b>	<b>-</b>	<b>308</b>	<b>870</b>
<b>Total circulante</b>				<b>308</b>	<b>567</b>
<b>Total não circulante</b>				<b>-</b>	<b>303</b>

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

**NOTA 14 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.067	928
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	2.539	-
Recursos em trânsito de terceiros	4.225	2.700
<b>Total circulante</b>	<b>7.831</b>	<b>3.628</b>
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.972	2.720
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	35.125	-
<b>Total não circulante</b>	<b>38.097</b>	<b>2.720</b>
<b>Total</b>	<b>45.928</b>	<b>6.348</b>

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente.

**NOTA 15 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS**

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhista	Provável	732	732
Cível	Provável	440	592
<b>Total não circulante</b>		<b>1.172</b>	<b>1.324</b>

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Trabalhista	732	-	-	732
Cível	592	816	(968)	440
<b>Total não circulante</b>	<b>1.324</b>	<b>816</b>	<b>(968)</b>	<b>1.172</b>

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía 14 processos de natureza cível e 4 processos de natureza tributária cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 665 e R\$ 121 (dezembro de 2021 - R\$ 665 e R\$ 1), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 949 (dezembro de 2021 - R\$ 803), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

**NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	92.173	56.499
Provisão para pagamentos a efetuar	5.347	4.213
Cotas de capital a pagar	3.218	3.246
Provisão para participações nos lucros	7.817	6.220
Fundo de assistência técnica, educacional e social	7.377	5.601
Fundos voluntários	874	525
Impostos e contribuições a recolher	2.698	2.073
Credores diversos	2.993	5.122
Cobrança e arrecadação de tributos	424	509
Pendências a regularizar	105	380
<b>Total</b>	<b>123.026</b>	<b>84.388</b>
<b>Total circulante</b>	<b>123.026</b>	<b>84.388</b>

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

**NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	68.155	43.380
Total de associados	97.651	79.901

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação do capital social foi de R\$ 24.775 (dezembro de 2021 – R\$ -551), sendo R\$ 21.647 (dezembro de 2021 – R\$ 1.654) via integralização de resultados e R\$ 5.516 (dezembro de 2021 – R\$ 604), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.388 (dezembro de 2021 – R\$ 2.809).

**b) Juros ao capital**

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 11,88% em Conta Capital, no montante de R\$ 6.325 (dezembro de 2021 – R\$ 1.683), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

**c) Destinações**

A Cooperativa destinou seus resultados, a partir do resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 60% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 3% para a Reserva de Expansão, destinada as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação;
- 1,2% para a constituição do Fundo Social, destinado a apoiar ações de interesse coletivo desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

**NOTA 18 – SICREDI FUNDOS GARANTIDORES**

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2022 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG, na forma de doação, no valor de R\$ 1.552 (R\$ 0 em dezembro de 2021), registrada no grupo de Outros Ingressos e Receitas Operacionais. Os recursos foram doados em dezembro de 2022, sendo a doação em caráter de exceção, para fomento da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

**NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	74.247	59.269
Participação nas sobras	(8.012)	(6.123)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	66.235	53.146
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(27.156)	(23.916)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	26.695	23.291
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	2.593	757
Demais adições e exclusões previstas na legislação	240	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

**NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	142.006	10.536
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	673.332	192.278
Centralização financeira (Nota 04)	77.650	212.716
Outros ativos financeiros (Nota 08)	2.678	2.010
Outros ativos (Nota 09)	962	752
Intangível (Nota 10)	4.685	4.907
<b>Passivo</b>		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	160.332	73.505
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	907.387	665.972
Outros passivos (Nota 16)	87.088	53.639
Principal e juros dívida subordinada (Nota 14)	37.664	-
<b>Receitas</b>		
Resultado títulos e valores mobiliários	44.983	10.547
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 22)	22.915	18.109
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 25)	1.725	396
Ingressos de depósitos intercooperativos	31.492	9.096
Doação SFG (Nota 18)	1.552	-
<b>Despesas</b>		
Operações de captação no mercado (Nota 21)	20.790	2.978
Operações de empréstimos e repasses	45.573	21.030
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 24)	2.212	1.593
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 26)	15.079	10.602

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	153	0,04%	102
Depósitos a prazo	361	0,04%	217
Operações de crédito	2.369	0,13%	1.771

**c) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	4.357	3.813

**NOTA 21 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos interfinanceiros	9.561	15.663	2.978
Depósitos de aviso prévio	304	570	226
Depósitos a prazo	48.889	83.870	22.333
Dívida subordinada	3.510	5.127	-
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	893	1.686	1.365
<b>Total</b>	<b>63.157</b>	<b>106.916</b>	<b>26.902</b>

**NOTA 22 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	6.271	11.223	7.453
Cobrança	2.375	4.673	4.387
Comissões	76	79	132
Consórcios	426	780	719
Convênios	743	1.340	1.219
Distribuição de produtos e serviços bancários	11.896	22.534	17.787
Processamento da compensação	27	49	62
Seguros	3.080	5.301	5.776
Taxas e tarifas	836	1.807	1.161
Antecipação de recebíveis	490	675	370
Outros serviços	172	304	197
<b>Total</b>	<b>26.392</b>	<b>48.765</b>	<b>39.263</b>

**NOTA 23 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	14.913	27.795	24.018
Benefícios	4.866	8.735	6.996
Encargos sociais	6.057	10.874	9.565
Treinamentos	65	82	14
<b>Total</b>	<b>25.901</b>	<b>47.486</b>	<b>40.593</b>

**NOTA 24 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	484	1.114	1.002
Aluguéis	2.403	4.524	3.541
Comunicação	667	1.330	1.388
Manutenção e conservação	2.498	4.361	3.047
Material de expediente	328	609	559
Processamento dados	2.394	4.519	1.820
Propaganda e publicidade	624	1.323	476
Promoções e relações públicas	2.144	3.927	1.616
Serviços do sistema financeiro	1.520	2.864	2.706
Assessoria e consultoria	115	204	227
Auditoria externa	40	40	41
Serviços jurídicos	221	409	272
Serviços de terceiros	1.197	2.521	1.913
Serviços de técnicos especializados	2.572	4.624	2.721
Serviços de vigilância e segurança	1.896	3.540	2.706
Serviços de transportes	1.122	2.200	1.717
Depreciação	2.307	4.236	3.358
Amortização (Rateio Confederação)	915	1.738	1.762
Amortização outros ativos intangíveis	280	525	62
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	975	1.202	720
Emolumentos e taxas diversas	523	1.029	547
Ressarcimento tarifas	171	304	246
Seguros	89	159	123
Outras despesas administrativas	1.813	2.847	1.635
<b>Total</b>	<b>27.298</b>	<b>50.149</b>	<b>34.205</b>

**NOTA 25 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	975	1.202	720
Utilização de fundos voluntários	366	366	300
Lucros na alienação de valores e bens	129	222	132
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores (Nota 18)	1.552	1.552	-
Recuperação de encargos e despesas	1.835	2.711	758
Reversão de provisões operacionais	750	931	1.003
Reversão de provisões impostos folha	1.891	3.061	2.623
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.070	1.692	1.418
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 15)	689	968	539
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	504	894	660
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	168	275	132
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	516	1.019	146
Outras rendas operacionais	727	912	457
<b>Total</b>	<b>11.172</b>	<b>15.805</b>	<b>8.888</b>

**NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.626	2.556	1.780
Contribuições Cooperativistas	79	158	148
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	223	438	230
Contribuição Confederação Sicredi	6.660	11.891	8.644
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	301	591	740
Prejuízo na alienação de valores e bens	476	501	76
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.181	2.082	1.942
Provisões para passivos contingentes (Nota 15)	606	816	96
Outras provisões operacionais	1.726	3.221	2.906
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	2.876	4.918	3.026
Risco operacional	1.566	2.168	964
Juros e comissões	1.036	1.765	638
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	770	1.505	185
Outras despesas operacionais	1.411	1.973	1.124
<b>Total</b>	<b>20.537</b>	<b>34.583</b>	<b>22.499</b>

**NOTA 27 – RESULTADO NÃO RECORRENTE**

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
<b>Resultado antes das destinações</b>	<b>37.919</b>	<b>66.235</b>	<b>53.146</b>
Recursos recebidos do Sicredi Fundos Garantidores (Nota 18)	(1.552)	(1.552)	-
<b>Resultado recorrente</b>	<b>36.367</b>	<b>64.683</b>	<b>53.146</b>

**NOTA 28 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	275.205	216.275
<b>Total</b>	<b>275.205</b>	<b>216.275</b>

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

#### I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização; • Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

#### III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de Negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

#### IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.



## V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

## VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte de observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

## VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

## VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

## IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

#### X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

#### XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistemico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

#### NOTA 30 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>357.474</b>	254.904
<b>Nível I (NI)</b>	<b>319.810</b>	254.904
<b>Capital principal - CP</b>	<b>319.810</b>	254.904
Capital social	68.155	43.380
Reservas de capital	240.570	202.699
Sobras acumuladas	18.346	15.547
Ajustes Prudenciais	(7.261)	(6.722)
<b>Nível II (NII)</b>	<b>37.664</b>	-
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	37.664	-
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>2.177.018</b>	1.742.651
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>72</b>	7.832
<b>Margem de Capital</b>	<b>128.816</b>	72.806
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>16,42%</b>	14,63%
<b>Situação de Imobilização (Imob)</b>	<b>73.044</b>	53.345
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>20,43%</b>	20,93%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

#### NOTA 31 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

---

**NOTA 32 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

---

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Paulo Omar Ferronato Da Rosa  
Diretor Executivo  
CPF: 398.130.880-87

Douglas Zanandrea  
Diretor de Operações  
CPF: 952.401.100-00

Eduardo Netto Sarubbi  
Contador  
CRC: RS-060899/O-8  
CPF: 694.157.650-20